

CONFERÊNCIAS

Dizeres de Março - encontros regulares de declamação (16 março); Des/Fazendo Intimidades (Queering partnering 1st International Conference) promovido pelo CES – Projeto Intimate (30 março); Dizeres de Abril (20 de abril); Apresentação da Plataforma WHY PORTUGAL, uma plataforma desenvolvida pela AMAEI para promoção do meio musical nacional (30 abril); Máquina de libertar livros livres: A apresentação, numa colaboração entre o Condomínio Criativo e a rede de laboratórios Audiência Zero (1 maio); Improve Coimbra - O Regresso!, uma iniciativa da Jeknowledge e do Condomínio Criativo para debater os problemas da cidade e apresentar soluções (21 maio); #instameetcoimbra (Encontro de instagrammers em Coimbra), promovido por Instameetcoimbra (9 julho); CES Summer School (Racism, Eurocentrism and Political Struggles) (28 agosto a 3 setembro); BARCAMP PT X (3 setembro); No âmbito da programação das Jornadas de Cultura Popular – GEFAC, dedicadas à comemoração dos 50 anos deste organismo autónomo da AAC realizaram-se na Casa das Artes a Pré-Apresentação do Livro “Bico Bico Chão: GEFAC 50 Anos” (5 novembro), o Ciclo de Conversas 50 Anos GEFAC “De Sonho e Tradição” – reflexão sobre o passado, o presente e o futuro da canção de Coimbra, com os convidados Rui Pato, Avelino Correia e Manuel Coroa

e o moderador Manuel Rocha (8 novembro), “Pelos Trilhos do Andarilho” – lançamento de DVD com visualização do documentário, com os convidados Luísa Correia e Rodrigo Lacerda e o moderador Fernando Florêncio (15 novembro) e “Do Nada ao Palco” – conceção artística de espetáculos nos grupos da Academia, tendo como convidados João Curto, Ricardo Seíça e como moderador Amanda Guapo.(22 novembro); Debate “Em linha com... o sexo”, organizado pela SOS Estudante no âmbito do ciclo de debates “Em Linha com...”, com duas sessões: “O Sexo” com as oradoras Tâmara Rodrigues e Tatiana Motterle (9 novembro) e “A (Des) Construção da Identidade” com as oradoras Ana Lúcia Santos e Margarida Lima (7 dezembro); Académica Start UC - Team Building para os participantes do programa (19 novembro);

ENCONTROS

5.º Encontro Nacional de Estudantes de Design (ENED) - um encontro que recebeu estudantes, entusiastas e profissionais de referência das diferentes disciplinas da área do Design. Com um programa transversal ao maior número de variantes do Design, o evento visou contribuir para a formação do design do nosso país de uma forma diferente através de workshops, masterclasses, palestras e a mais variada animação. (18 março);

CINEMA

Ciclo de Cinema Urbano CES-UC – A primeira versão do Ciclo de Cinema urbano teve como tema produções latino-americanas e percorreu diversos espaços, chegando à Casa das Artes com a exibição do filme “Medianeras”, (AR/ES/DE, Gustavo Taretto, 2011, 95min), tendo como comentador o psiquiatra Pio Abreu. (8 junho); Exibição do documentário “Tecla Tónica” (a história da eletrónica na música em Portugal) e debate com o realizador Eduardo Morais (30 junho); Rodagem de cenas do filme “O Céu não chega aos peixes”, projeto final de mestrado da realizadora Inês Lebraud e a primeira realização após oito anos a trabalhar em cinema (15 agosto); projeção do filme “As Vozes de Mette”, um testemunho contra o foco da psiquiatria na medicalização do sofrimento mental, promovida pelo projeto Ouvir Vozes Coimbra (14 setembro); Projeção do Documentário “Estamira”, de 2005, promovido pelo projeto Ouvir Vozes Coimbra (16 novembro);

CONVERSAS DE VIAJANTES

Em cada sessão, um ou mais oradores apresentaram oralmente uma viagem diferente dos circuitos tradicionais turísticos.

O casal Jacinta e Aires contaram a sua jor-

nada no “autocarro do amor”, numa bicicleta com atrelado para conhecerem o papa (27 janeiro); Dois amigos contaram a sua experiência nas cidades da Colômbia (24 fevereiro); Cristina Valente e Jorge Martinho contaram como descobriram Madagáscar (23 março); Inês Matos, do projeto cultural e pedagógico “Um longo Verão no Japão”, conversou sobre o Japão (27 de abril); Francisco Cardoso partilhou a sua viagem à Islândia (25 maio); Gil Ramos e Ricardo Ramos explicaram como descobriram a Guiné Bissau e o projeto de ajuda humanitária que a partir daí criaram: a Missão Dulombi (29 junho); Vítor Silva partilhou a Rota de Praias Fluviais na Região Centro (27 julho); Mide Plácido Cera contou como descobriu São Tomé e Príncipe (31 agosto); Miriam Augusto falou sobre a sua viagem à Indonésia (28 setembro); António Girão partilhou a viagem humanitária realizada de bicicleta de Amesterdão ao Porto (26 outubro); Cristina Valente e Fernando Costa contaram como foi estar em duas realidades diferentes: na antiga URSS e agora na Rússia (30 novembro); Cristina Valente, Luís Trindade e Rita Ferrão explicaram como funciona a Consulta de Saúde do Viajante.

OUTROS EVENTOS

Roda do Samba sem Fronteiras – O Condomínio Criativo e o Salão Brazil mantiveram a parceria iniciada no ano anterior

que traz as rodas de Samba até Coimbra. O Samba sem Fronteiras nasceu da iniciativa de alguns brasileiros, residentes em Portugal, que sentiam falta de encontrar o samba de raiz, feito por quem gosta e para quem aprecia. (sessões em 15 janeiro e 5 fevereiro).

Mercado de Primavera – a empresa Verdejar dedicada à produção e comercialização de produtos de agricultura biológica teve na Casa das Artes ponto de recolha semanal dos cabazes aos clientes, que reuniram produtos hortícolas a par de utilidades diversas (24 abril).

Mercado de Outono – O Condomínio Criativo promoveu um mercado de Outono com a colaboração da Verdejar e a Coimbra em Transição. Um mercado com frutas, legumes, cerveja, conservas, carteiras, livros e serigrafias, música e dança e de tudo um pouco. (1 outubro).

Feira Cultural de Coimbra – Participação na Feira Cultural de Coimbra, realizada de 3 a 12 de junho no Parque Dr. Manuel Braga, que juntou feira do livro, feira do artesanato, edições musicais, artes plásticas, cultura e criatividade, animação cultural, gastronomia e representações institucionais.

Feira Gráfica – Promovida pelo Clube dos

Tipos e com o apoio do Condomínio Criativo, a feira gráfica decorreu durante duas semanas com publicações, cartazes e outras cenas gráficas, em exposição e à venda na Casa das Artes (4 novembro a 18 novembro).

Mercado de Inverno – Livros com fruta e legumes com cartazes ou camisolas com sementes e cerveja com rebentos, foram os ingredientes do mercado de Inverno na Casa das Artes (10 dezembro).





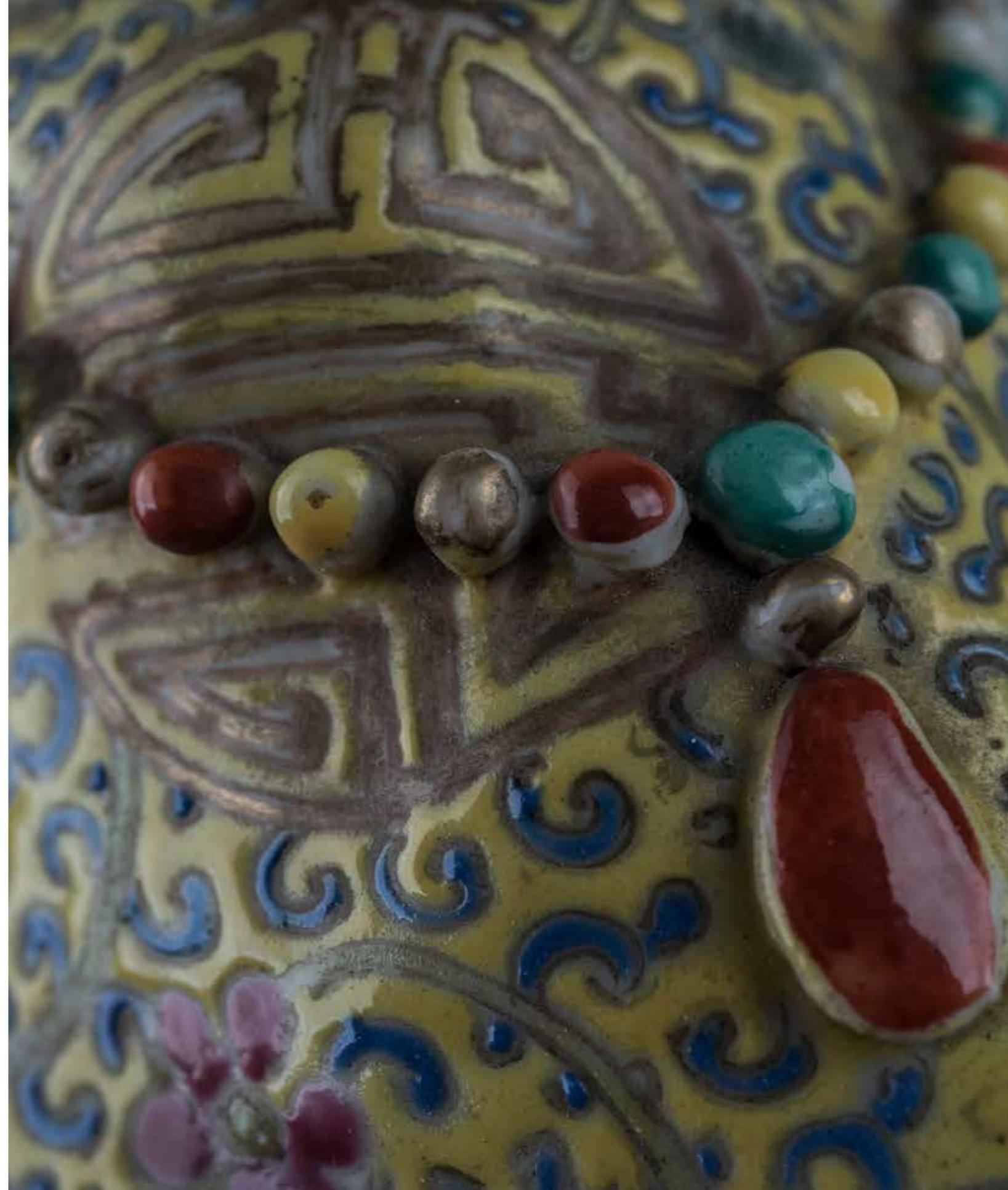
SAÚDE

- > O Serviço Bissaya Barreto Saúde foi criado em 2015 para oferecer às instituições da área da saúde, recursos e serviços que contribuam para o desenvolvimento dos seus projetos, para a melhoria de qualificação dos seus profissionais e promoção dos níveis de eficiência e eficácia dos diferentes serviços que prestam.
-

Apresentando-se como prestador de serviços de formação e consultoria, este Serviço assume-se como um parceiro privilegiado de instituições da área da saúde na cidade de Coimbra e na região Centro, tendo ainda como destinatários todas as unidades e “stakeholders” ligados, direta ou indiretamente, à saúde em Portugal, Ásia e África.

Durante o ano de 2016, às parcerias já celebradas com instituições da área da saúde privada, nomeadamente os grupos SANFIL e IDEALMED, somaram-se parcerias com instituições públicas como o Hospital Distrital da Figueira da Foz e o Centro de Medicina e Reabilitação Rovisco Pais. No conjunto das ações de formação executadas para estes parceiros estiveram envolvidos cerca de 300 formandos.

Foi submetido e aprovado pela D.G.E.R.T. o alargamento da certificação da Formação, para as áreas 721 - Medicina, 723 - Enfermagem, 726 - Terapia e Reabilitação e 727 - Ciências Farmacêuticas.





SERVIÇOS DE APOIO

- > centro de eventos bissaya barreto
 - > instalações desportivas
-

CENTRO DE EVENTOS **BISSAYA BARRETO**

O Centro de Eventos Bissaya Barreto integra um Auditório com capacidade para 326 pessoas, dotado de modernas tecnologias de comunicação e informação, sala polivalente (Sala Jacques Delors) adequada para a realização de exposições, reuniões ou serviços complementares de apoio a estas iniciativas, cinco salas de workshop, área de secretariado, foyer e pavilhão multiusos, oferecendo estacionamento para mil viaturas.

Ao longo do ano, o Centro acolheu a realização de 101 eventos promovidos por entidades externas e 25 eventos de apoio aos diversos serviços da Fundação, que envolveram a participação de 9762 pessoas.

Na gestão dos processos de aluguer a terceiros, foi dada prevalência às solicitações de instituições sem fins lucrativos com objetivos ou realizações alinhadas às finalidades estatutárias da Fundação, mantendo-se a política de redução de custos a entidades com parcerias ou protocolos estabelecidos com a Fundação.

INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

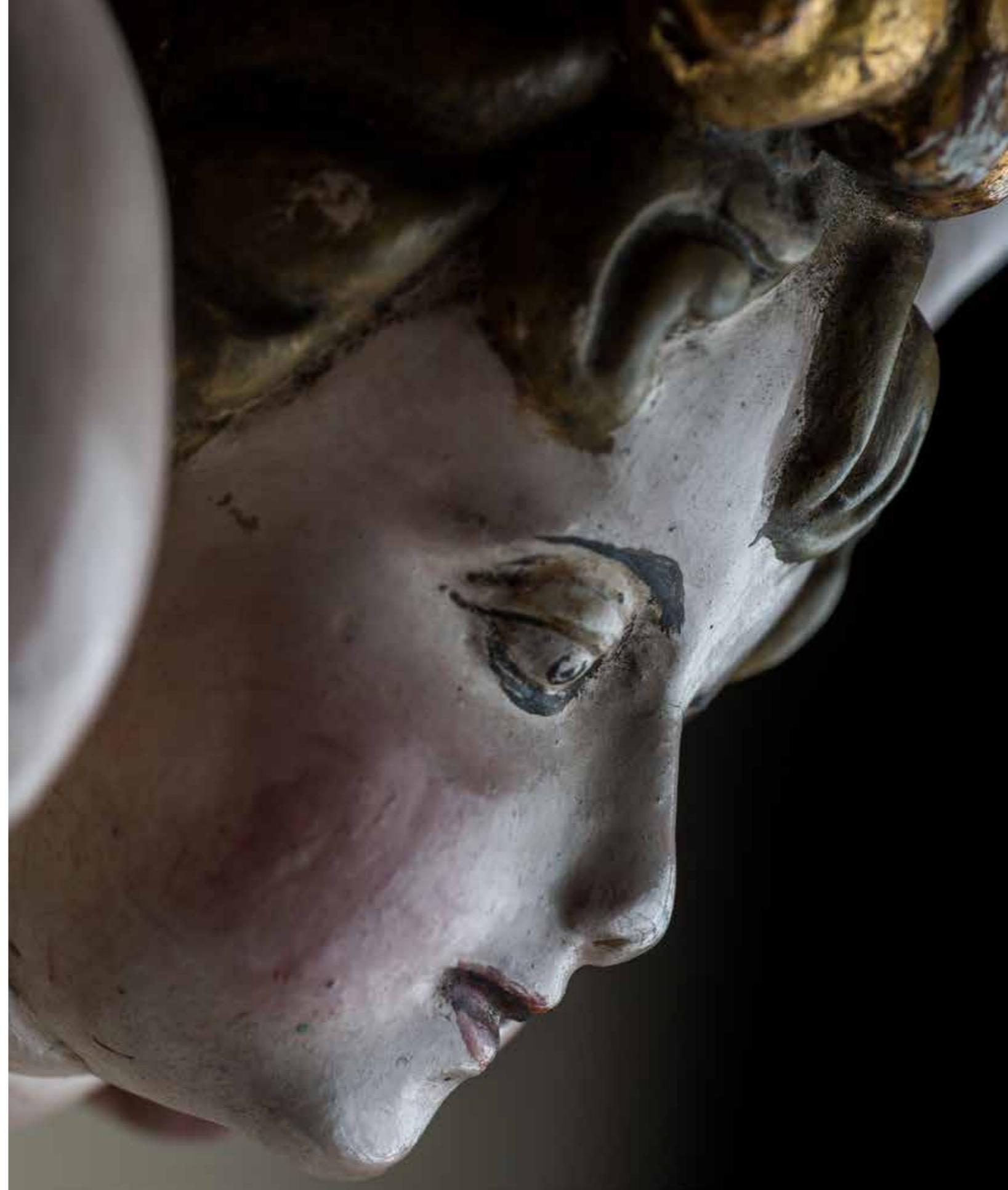
O Complexo Desportivo do Campus do Conhecimento e da Cidadania dá resposta ao programa de educação física e desporto dos estabelecimentos de educação pré-escolar, ensino básico e profissional da Fundação Bissaya Barreto.

Integram-no um pavilhão equipado para a prática das mais variadas modalidades desportivas, uma piscina coberta de 25 metros e campos abertos para prática de desporto ao ar livre.

As instalações incluem ainda um Ginásio de Fitness, utilizado pelos colaboradores da Fundação Bissaya Barreto, promovendo uma cultura desportiva e de bem-estar entre os mesmos.

Para além das atividades que fizeram parte do programa curricular de educação física, estas instalações proporcionaram o desenvolvimento de atividades desportivas extracurriculares, nomeadamente aulas de natação, capoeira, minibasquete (no âmbito de protocolo com o CAD – Associação Coimbra Basquete) e judo (através de protocolo com a Secção de Judo da Associação Académica de Coimbra (AAC)).

As instalações foram ainda disponibilizadas a entidades externas para a prática de futsal, basquetebol, andebol e voleibol.



10

REPRESENTAÇÃO

- > A Fundação Bissaya Barreto trabalha há largos anos sobre as temáticas da violência, desenvolvendo, individualmente ou em rede (com estruturas nacionais, regionais e locais), projetos e ações de combate à violência exercida sobre crianças e mulheres e, mais recentemente, sobre o idoso, dando a conhecer estratégias e programas de intervenção no sentido de promover uma maior consciência cívica e profissional ou denunciando a invisibilidade deste fenómeno.
-

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

A Fundação Bissaya Barreto integra os órgãos sociais das seguintes instituições:

- Centro Português das Fundações (vogal da Direção, desde 2008);
- Fundação Mata do Buçaco (Conselho de Fundadores);
- Centro Integrado de Simulação Biomédica dos Hospitais da Universidade de Coimbra (Conselho de Curadores);
- Fundação Engenheiro António Pascoal (Conselho Geral);

É **membro associado** de:

- Centro Português de Fundações;
- Associação para a Promoção do Turismo na Região Centro de Portugal /Turismo Centro de Portugal;
- Associação Exploratório Infante D. Henrique / Centro Ciência Viva de Coimbra;
- Centro de Neurociências e Biologia Celular / Universidade de Coimbra;
- Associação para a Inovação e Desenvolvi-

mento em Ciência e Tecnologia / Instituto Pedro Nunes;

- Liga de Amigos do Centro Hospitalar de Coimbra, na qualidade de sócia fundadora;
- Associação Portuguesa de Casas Museu, na qualidade de sócia fundadora;
- Associação de Profissionais de Educação de Infância;
- Associação RUAS (Recriar a Universidade, Alta e Sofia).

PROTOCOLOS INSTITUCIONAIS

Fundação Bissaya Barreto / Câmara Municipal de Coimbra (8 abril)

Por protocolo celebrado a 8 de abril, a Câmara Municipal de Coimbra atribui à Fundação Bissaya Barreto a gestão do Fundo de Emergência Social (FES) para a União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas, medida de apoio social, destinada a apoiar municípios, de estratos sociais em situação de comprovada carência social e económica que, por falta de meios estão impossibilitados de ter acesso a bens, serviços e condições básicas fundamentais

Fundação Bissaya Barreto / Montepio Geral - Associação Mutualista (24 março)

Acordo para concessão a associados do Montepio de desconto de ingresso no Portugal dos Pequenitos.

Fundação Bissaya Barreto / Associação Exploratório Infante D. Henrique (9 agosto)

Protocolo de parceria para atribuição de entradas conjuntas, sob forma de bilhete único, para visita do Exploratório e do Portugal dos Pequenitos.

Fundação Bissaya Barreto_Colégio Bissaya Barreto / CAD-Associação Coimbra Basquete (20 setembro)

Protocolo de cooperação para promoção e dinamização da modalidade de basquetebol junto dos alunos do Colégio Bissaya Barreto, em contexto extra-curricular, com a integração do Mini-basquete nos escalões sub8, sub10, sub12 e sub14, nas ofertas do Colégio de caráter facultativo.

Fundação Bissaya Barreto_Portugal dos Pequenitos / Câmara Municipal de Penela (1 a 8 dezembro)

Protocolo de cooperação para mútua promoção e divulgação do Portugal dos Pequenitos e da iniciativa municipal “Penela Presépio” durante o período de realização desta.

Fundação Bissaya Barreto / Associação Académica de Coimbra_Organismo Autónomo de Futebol (16 dezembro)

Protocolo de parceria para acolhimento das crianças residentes na Casa do Pai em todos os jogos da Associação Académica de Coimbra.

PROTOCOLOS DE FORMAÇÃO E ESTÁGIO

Fundação Bissaya Barreto / Escola Superior de Enfermagem de Coimbra (ESEnfC) (Janeiro)

Protocolo de cooperação para conjugação de ações e colaboração de profissionais em projetos de formação, investigação, assessoria

técnica e de extensão cultural ou outras ações de caráter científico ou pedagógico.

Fundação Bissaya Barreto / Frouco & Henriques Associados (18 maio)

Protocolo de colaboração para dinamização e desenvolvimento de atividades formativas.

Fundação Bissaya Barreto / AESE Business School (22 setembro)

Protocolo de parceria para colaboração no desenvolvimento de ações formativas e de qualificação de executivos e dirigentes dos setores industrial, económico e financeiro.

Fundação Bissaya Barreto / Agrupamento de Escolas da Zona Urbana da Figueira da Foz (12 outubro)

Protocolo de colaboração para implementação de um plano individual de transição (PIT) para a vida pós- escolar, na Casa da Criança de São Julião.

Fundação Bissaya Barreto / Agrupamento de Escolas Figueira Mar (10 outubro; 9 novembro)

Protocolo de colaboração para implementação de dois planos individuais de transição (PIT) para a vida pós- escolar, na Casa da Criança de São Julião.

Fundação Bissaya Barreto / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1 fevereiro)

Protocolo de cooperação com vista à realização de estágios de graduação (2º Ciclo) dos cursos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra na Casa Museu Bissaya Barreto, Centro de Documentação Bissaya Barreto e Portugal dos Pequenitos.

Fundação Bissaya Barreto / Instituto Politécnico de Coimbra_Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (23 fevereiro)

Protocolo de cooperação para acolhimento de estágios curriculares.

Fundação Bissaya Barreto / Agrupamento de Escolas de Arganil (10 março)

Protocolo de estágio para formação em contexto de trabalho (cursos profissionais de animador sociocultural), no Portugal dos Pequenitos.

Fundação Bissaya Barreto / Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (10 março)

Protocolo de cooperação para realização de atividades de observação em contexto de trabalho e de estágios curriculares de graduação e pós-graduação dos cursos da FPCE-UC.

Fundação Bissaya Barreto / APPA-CDM Coimbra (11 julho)

Protocolo de colaboração para acolhimento de formandos em contexto de trabalho.

Fundação Bissaya Barreto / Instituto do Turismo de Portugal, I.P. (7 dezembro)

Protocolo de cooperação para a organização e implementação, em contexto de trabalho, a desenvolver por dois alunos do Curso de Especialização Tecnológica em Turismo Cultural e do Património.

Fundação Bissaya Barreto / Ordem dos Psicólogos Portugueses (19 dezembro)

Protocolo de cooperação para proporcionar condições de realização de estágio profissional a psicólogos.

OUTRAS PARCERIAS

A Fundação constituiu-se entidade parceira da candidatura “Coimbra Região da Cultura” liderada pela **Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra** ao Programa CENTRO 2020 – Prioridade de investimento: Investimento na Conservação, Proteção, Promoção e Desenvolvimento do Património Cultural – Programa em Rede – Aviso N.º CENTRO-14-2016-03.

APOIOS E DONATIVOS

Universidade de Coimbra – A Fundação concedeu apoio financeiro à realização da 18ª Semana Cultural da Universidade de Coimbra, subordinada ao tema Quem Somos?.

Orquestra Clássica do Centro – Por cedência do Auditório Bissaya Barreto, a Fundação apoiou a Orquestra Clássica do Centro na gravação do CD “Viagem no Imaginário da Morna”, com composições de Vasco Martins, sob a Direção de José Eduardo Gomes.

Brigada de Intervenção de Coimbra – A Fundação concedeu apoio financeiro à edição da obra “Brigada de Intervenção: 10 anos de afirmação”, editada pela Imprensa da Universidade de Coimbra.

Corporação de Bombeiros Municipais de Santarém – A Fundação concedeu apoio financeiro à Corporação de Bombeiros Municipais de Santarém.

RECONHECIMENTO

A Fundação foi distinguida, em Gala de Reconhecimento promovida pela ARCIL – Associação de Cidadãos Inadaptados da

Lousã, como “parceiro institucional”, em reconhecimento pela doação de bens móveis que recebeu da Fundação. A cerimónia decorreu a 4 de dezembro.

A Fundação integrou a Comissão de Honra do II Ciclo de Concertos de Coimbra - Arte e Solidariedade, que decorreu entre 26 de fevereiro e 2 de julho, em Coimbra.

A Fundação integrou a Comissão de Honra da 9ª Bienal Internacional de Arte Jovem, de Vila Verde (Braga), que decorreu de 2 a 16 de julho.

11

CONTAS DO EXERCÍCIO



BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31.12.2016

Rubricas	Notas	Períodos		
		2016	Variação	2015
ACTIVO				
Activo não corrente		126 599 375,69	19,1%	106 252 452,63
Activos fixos tangíveis	5	56 704 867,31	58,7%	35 726 394,89
Bens do património histórico e cultural	5	7 124 517,73	0,3%	7 104 317,73
Propriedades de investimento	19	3 174 478,49	-2,5%	3 255 516,13
Activos intangíveis	6	289 152,47	21,0%	238 960,79
Investimentos financeiros	18	59 306 359,69	-1,0%	59 927 263,09
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros				
Outros				
Activo Corrente		1 621 058,14	-14,2%	1 890 446,33
Inventários	12	45 776,58	-18,5%	56 194,77
Créditos a receber	9	338 161,18	-15,9%	402 302,73
Estado e outros entes públicos	11	78 840,27		34 301,42
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros				
Outras activos correntes		682 826,27	-13,9%	792 622,11
Diferimentos		121 477,86	-9,9%	134 863,09
Caixa e depósitos bancários		353 975,98	-24,7%	470 162,21
Total do Activo		128 220 433,83	18,6%	108 142 898,96
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos		60 000 000,00	0,0%	60 000 000,00
Excedentes técnicos				
Reservas		624 759,78	0,0%	624 759,78
Resultados transitados		20 716 012,65	17,5%	17 624 750,02
Ajustamentos em activos financeiros		4 501 593,17		4 609 818,78
Excedentes de revalorização		24 441 164,83	636,2%	3 319 917,78
Outras variações nos fundos patrimoniais		16 525 308,15	-0,1%	16 540 793,39
Resultado líquido do período		-602 372,50	-121,5%	2 803 633,54
Total do Fundo de capital		126 206 466,08	19,6%	105 523 673,29
PASSIVO				
Passivo não corrente		168 985,48	-80,8%	880 683,80
Provisões	14	168 985,48	-80,8%	880 683,80
Provisões específicas				
Financiamentos Obtidos	7			
Outras dividas a pagar				

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31.12.2016

continuação

Rubricas	Notas	Períodos		
		2016	Variação	2015
Passivo corrente		1 844 982,27	6,1%	1 738 541,87
Fornecedores	10	367 543,25	-20,7%	463 566,15
Estado e outros entes públicos	11	253 377,21	15,9%	218 656,75
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros				
Financiamentos obtidos				
Diferimentos		90 057,23	3,8%	86 796,33
Outros passivos correntes		1 134 004,58	17,0%	969 522,64
Total do Passivo		2 013 967,75	-23,1%	2 619 225,67
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		128 220 433,83	18,6%	108 142 898,96

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Rendimentos e Gastos	Notas	Período	
		2016	2015
Vendas e Prestações de Serviços		4 874 304,43	4 939 787,19
Subsídios, doações e legados à exploração			
ISS, IP - Centros Distritais	15	2 414 930,81	2 405 802,30
Outros	15	788 913,40	465 632,77
Variação nos inventários da produção		14 904,17	94 253,02
Trabalhos para a própria Entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-659 840,66	-723 284,10
Fornecimentos e serviços externos	21	-1 968 192,79	-2 235 441,03
Gastos com o pessoal	20	-6 352 591,44	-6 159 328,83
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		-4 626,84	21 018,99
Provisões (aumentos/reduções)			-541 957,95
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)		474 760,76	-179 521,22
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	23	2 486 926,02	8 280 819,97
Outros gastos e perdas	22	-1 629 471,57	-2 395 286,17
Resultado antes de depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		440 016,29	3 972 494,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-1 042 388,79	-1 168 861,40
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-602 372,50	2 803 633,54
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			0,00
Resultado antes de impostos		-602 372,50	2 803 633,54
Imposto sobre o rendimento do período	17		0,00
Resultado líquido do período		-602 372,50	2 803 633,54

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2015

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais (FP) atribuídos aos instituidores da entidade - mãe								Interesses minoritários	Total dos FP	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos FP	Resultado líquido período			Total
Posição no início do período 2014	6	60 000 000,00		624 759,78	17 014 822,18	4 323 536,33	3 334 511,98	16 573 464,59	599 689,13	102 470 783,99		102 470 783,99
Alterações no período												
1.ª adopção do novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização dos activos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de Revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					609 927,84	286 282,45	-14 594,20	-32 671,20	-599 689,13			
	7				609 927,84	286 282,45	-14 594,20	-32 671,20	-599 689,13			
Resultado líquido do período	8								2 803 633,54			
Resultado Extensivo					609 927,84	286 282,45	-14 594,20	-32 671,20	2 203 944,41			
9=7+8												
Operações com Instituidores no período												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
	10											
Posição no fim do período 2014		60 000 000,00	0,00	624 759,78	17 624 750,02	4 609 818,78	3 319 917,78	16 540 793,39	2 803 633,54	105 523 673,29		105 523 673,29
6+7+8+10												

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2016

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais (FP) atribuídos aos instituidores da entidade - mãe									Interesses minoritários	Total dos FP
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos FP	Resultado líquido período	Total		
Posição no início do período 2013	6	60 000 000,00	0,00	624 759,78	17 624 750,02	4 609 818,78	3 319 917,78	16 540 793,39	2 803 633,54	105 523 673,29		105 523 673,29
Alterações no período												
1.ª adopção do novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização dos activos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de Revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					3 091 262,63	-108 225,61	21 121 247,05	-15 485,24	2 803 633,54			
7					3 091 262,63	-108 225,61	21 121 247,05	-15 485,24	2 803 633,54			
Resultado líquido do período	8								-602 372,50			
Resultado Extensivo	9=7+8				3 091 262,63	-108 225,61	21 121 247,05	-15 485,24	3 406 006,04			
Operações com Instituidores no período												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
10												
Posição no fim do período 2013	6+7+8+10	60 000 000,00	0,00	624 759,78	20 716 012,65	4 501 593,17	24 441 164,83	16 525 308,15	-602 372,50	126 206 466,08		126 206 466,08

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Notas	Períodos	
		2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		8 400 315,03	7 265 811,03
Pagamentos de subsídios			
Pagamento de apoios			0,00
Pagamento de bolsas		96 179,04	120 524,83
Pagamentos a fornecedores		2 489 605,00	2 429 270,20
Pagamentos ao pessoal		6 934 570,97	6 460 988,16
Caixa gerada pelas operações		-1 120 039,98	-1 744 972,16
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos / pagamentos		-169 019,36	-374 124,57
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-1 289 059,34	-2 119 096,73
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		656 489,05	495 670,96
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		19 814 387,93	45 807 221,39
Outros activos		100 000,00	
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	4 050,00
Activos intangíveis		0,00	143 765,00
Investimentos financeiros		21 083 167,42	48 520 673,76
Outros activos		657 067,87	
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		394,93	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		1 169 753,24	2 365 596,41
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos concedidos			0,00
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-119 306,10	246 499,68
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		468 361,28	221 761,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período		349 055,18	468 361,28

Mississauga

ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS PARA
O PERÍODO
FINDO A 31 DE
DEZEMBRO DE
2016

>

NOTA 1 | IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 | - Designação da entidade

Fundação Bissaya Barreto abreviadamente conhecida por “FBB”.

A Fundação Bissaya Barreto foi criada em 1958 e oficialmente reconhecida por despacho ministerial publicado no Diário do Governo n.º 236, III Série, de 26-11-58. Encontra-se registada como Instituição Particular de Solidariedade Social, a título definitivo na Direcção-Geral da Segurança Social, por despacho de 13 de Julho de 1984, no livro n.º 2 das Fundações de Solidariedade Social sob o n.º 38/84, tendo adquirido automaticamente a natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, em conformidade com o disposto no artigo 8.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro. A FBB é ainda associada do Centro Português de Fundações e da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

1.2 | Sede

Quinta dos Plátanos
Bencanta, Apartado 7049
3046-901 Coimbra

1.3 | Natureza da atividade

A FBB é uma Fundação de Solidariedade Social e de Utilidade Pública, criada por iniciativa do Professor Doutor Bissaya Barreto, através de um grupo de admiradores, destinada a dar continuidade à obra por este criada e mantida durante mais de meio século e que se traduziu em inestimáveis serviços prestados à sociedade nas áreas social, cultural, ensino, apoio e valorização cívica em geral.

Tem como objetivo contribuir para a promoção da população da região centro do País, através do propósito de dar expressão organizada ao dever de solidariedade social e de justiça social, podendo, todavia, por decisão do Conselho de Administração, estender a sua ação a outras localidades do País.

Para atingir este objetivo a FBB consagra estatutariamente a promoção e realização de atividades nas seguintes áreas:

- a) Solidariedade Social
- b) Educação
- c) Saúde
- d) Cultura
- e) Formação Profissional
- f) Outras que se venham a revelar necessárias ou possíveis desde que respeitem o Espírito e a Obra do Fundador.

1.4 | Designação da entidade / NIPC
Fundação Bissaya Barreto / 500 833 443

1.5 | Sede da empresa-mãe

Não aplicável

NOTA 2 | REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 | Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras anexas, foram elaboradas de acordo o Regime da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), que faz parte integrante do SNC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Decreto anteriormente referido que foi regulamentado pela Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março, que aprova o código de contas aplicável às ESNL. A portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, nos termos dos n.º 1,5,6 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho que aprovam os modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis .

Os normativos acima indicados merecem as consequentes adaptações em função

das necessidades de relato financeiro da FBB.

Sempre que a NCRF-ESNL não respondam a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respetivas interpretações SIC/IFRIC.

2.2 | Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogados e dos respetivos efeitos nas Demonstrações Financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições das NCRF-ESNL. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e seu reconhecimento que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas

no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e atividades correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunção das mesmas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais aos valores dos ativos e passivos.

NOTA 3 | PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 | Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da FBB, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 | Outras políticas contabilísticas

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são

recebidos ou pagos e são registados nas rubricas de diferimentos.

3.3 | Principais pressupostos relativos ao futuro

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.4 | Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e atividades em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

3.5 | Base de Mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis

Em relação a esta rubrica de Ativos, estes podem ser considerados como Imóveis e Restantes. No que respeita aos Imóveis os valores registados nas peças financeiras resultam de uma revalorização efetuada no corrente ano de acordo com a NCRF 7. Os Restantes encontram-se registados pelo seu valor de aquisição

3.6 | Base de Mensuração dos Bens do Património Histórico e Cultural

Em relação a esta rubrica de Ativos, os valores registados nas peças financeiras resultam de uma revalorização efetuada no ano de 2010.

3.7 | Base de Mensuração dos Investimentos Financeiros

Nas Participações de Capital foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial para as Empresas Grande Hotel do Luso, S.A., Empresorg, Unipessoal Lda e Empresa Hoteleira do Desagravo, Unipessoal Lda. As restantes Participações de Capital estão mensuradas ao valor de aquisição. Nos outros Investimentos Financeiros foi aplicado o justo valor nas carteiras de investimento e o custo histórico aos restantes Investimentos Financeiros.

3.8 | Base mensuração das Propriedades Investimento

Este tipo de Ativos, encontram-se registados pelo seu valor de aquisição.

NOTA 4 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício findo em 31.12.2016, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

NOTA 5 | ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

2016	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. Básico	Equip. de transporte	Equip. Administ.	Outros act. Fixos tangíveis	Total
ACTIVO BRUTO							
Saldo inicial	11 154 992,58	37 113 028,39	2 551 326,30	677 489,09	2 219 867,33	7 280 890,01	60 997 593,70
Aquisições		661 002,74	50 408,33	13 334,12	103 967,96	20 200,00	848 913,15
Alienações, sinistros e abates	1 493,96		362,86	24 939,89			26 796,71
Transferências	-43 905,96	8 535 510,13					8 491 604,17
SALDO FINAL	11 109 592,66	46 309 541,26	2 601 371,77	665 883,32	2 323 835,29	7 301 090,01	70 311 314,31
DEPRECIACÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS							
Saldo inicial		12 741 931,33	2 474 494,76	645 580,35	2 136 855,99	253 413,07	18 252 275,50
Depreciações do exercício		865 018,55	25 060,66	30 249,99	38 379,03	1 830,58	960 538,81
Alienações, sinistros e abates		12 586 662,20	28 738,72				12 615 400,92
SALDO FINAL	0,00	1 020 287,68	2 470 816,70	675 830,34	2 175 235,02	255 243,65	6 597 413,39
ACTIVO LÍQUIDO	11 109 592,66	45 289 253,58	130 555,07	-9 947,02	148 600,27	7 045 846,36	63 713 900,92

2015	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. Básico	Equip. de transporte	Equip. Administ.	Outros act. Fixos tangíveis	Total
ACTIVO BRUTO							
Saldo inicial	11 160 374,71	37 010 086,59	2 687 425,75	650 953,29	2 166 035,48	7 146 541,13	60 821 416,95
Aquisições		300 898,41	39 220,85	41 399,98	85 867,98	144 007,41	611 394,63
Alienações, sinistros e abates	5 382,13	197 956,61	175 320,30	14 864,18	32 036,13	9 658,53	435 217,88
Transferências							0,00
SALDO FINAL	11 154 992,58	37 113 028,39	2 551 326,30	677 489,09	2 219 867,33	7 280 890,01	60 997 593,70
DEPRECIACÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS							
Saldo inicial		11 914 156,57	2 606 187,64	606 306,75	2 104 274,48	255 623,65	17 486 549,09
Depreciações do exercício		886 123,58	43 105,24	54 137,78	64 617,64	2 447,95	1 050 432,19
Alienações, sinistros e abates		58 348,82	174 798,12	14 864,18	32 036,13	4 658,53	284 705,78
SALDO FINAL	0,00	12 741 931,33	2 474 494,76	645 580,35	2 136 855,99	253 413,07	18 252 275,50
ACTIVO LÍQUIDO	11 154 992,58	24 371 097,06	76 831,54	31 908,74	83 011,34	7 027 476,94	42 745 318,20

Bens do Património Histórico e Cultural

No Mapa de Ativos Fixos Tangíveis, acima identificado, já se encontram registados os seguintes valores:

2016	Bens de Património histórico e artístico
Saldo inicial	7 104 317,73
Aquisições	20 200,00
Alienações, sinistros e abates	-
Transferências	
Saldo final	7 124 517,73

NOTA 6 | ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31.12.2016 e 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foi a seguinte:

MÉTODOS DE DEPRECIAÇÃO, VIDAS ÚTEIS E TAXAS DE DEPRECIAÇÃO APLICADAS NOS ATIVOS INTANGÍVEIS

	Goodwill	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Outros activos intangíveis
FINITAS				
Vidas úteis		3 anos		5 ANOS
Taxas de depreciação		33,33%		20%
Métodos de depreciação		Quotas constantes		Quotas constantes

2016	Goodwill	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Outros act. Intangíveis	Total
ACTIVO BRUTO					
Saldo inicial	0,00	0,00	56 637,68	78 808,08	135 445,76
Aquisições			13 874,19	5 876,94	19 751,13
Transferências					
Regularizações					
SALDO FINAL	0,00	0,00	70 511,87	84 685,02	155 196,89
DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS					
Saldo inicial	0,00	0,00	34 455,65	36 763,79	71 219,44
Depreciações do exercício			5 685,11	11 780,94	17 466,05
Regularizações					
SALDO FINAL	0,00	0,00	40 140,76	48 544,73	88 685,49
ACTIVO LÍQUIDO	0,00	0,00	30 371,11	36 140,29	66 511,40

2015	Goodwill	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Outros act. Intangíveis	Total
ACTIVO BRUTO					
Saldo inicial			52 793,93	72 671,90	125 465,83
Aquisições			3 843,75	6 598,03	10 441,78
Transferências					
Regularizações				461,85	461,85
SALDO FINAL	0,00	0,00	56 637,68	78 808,08	135 445,76
DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS					
Saldo inicial			31 151,47	21 380,10	52 531,57
Depreciações do exercício			3 304,18	15 383,69	18 687,87
Regularizações					0,00
SALDO FINAL	0,00	0,00	34 455,65	36 763,79	71 219,44
ACTIVO LÍQUIDO	0,00	0,00	22 182,03	42 044,29	64 226,32

NOTA 7 | LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação, ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

7.1 | Locações Financeiras.

Em 2016 não ocorreu qualquer operação relativa a Locações Financeiras.

7.2 | Locações Operacionais

A FBB não tem acordos de valores significativos no que respeita a locações operacionais.

NOTA 8. | CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Não existem quaisquer empréstimos obtidos registados à data de 31.12.2016.

NOTA 9 | CRÉDITOS A RECEBER

O saldo corresponde à rubrica de Clientes no final do exercício 2016 e 2015 apresenta a seguinte decomposição:

Créditos a receber	31/dez/16	31/dez/15
Clientes conta corrente	140 670,90	321 363,62
Clientes títulos a receber		
Clientes cobrança duvidosa	421 833,70	362 644,23
Clientes perda por imparidade acumuladas	-224 343,42	-264 355,36
TOTAL	338 161,18	419 652,49

NOTA 10 |

O saldo corresponde à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2016 e 2015 apresenta a seguinte decomposição:

Fornecedores	31/dez/16	31/dez/15
Fornecedores conta corrente	367 543,25	463 566,15
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores faturas receção e conferência		
Fornecedores perda por imparidade acumuladas		
TOTAL	367 543,25	463 566,15
Adiantamentos fornecedores		

NOTA 11 | ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e passivo, apresentava os seguintes saldos:

Estado e outros entes públicos	31/dez/16	31/dez/15
Ativo	78 840,27	33 984,67
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletiva (IRC)		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	78 648,30	33 984,67
Segurança Social		
Outros impostos e taxas	191,97	
Passivo	253 377,21	216 340,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletiva (IRC)	29,90	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	62 027,02	62 818,79
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	64 690,56	37 382,40
Segurança Social	126 629,73	115 136,08
Outros impostos e taxas		1 002,73
TOTAL	-174 536,94	-182 355,33

NOTA 12. | INVENTÁRIOS

O mapa de inventários reflete fundamentalmente o sistema de controlo de stocks implementado na Loja do Portugal dos Pequenitos e dos Géneros Alimentares destinados à confeção das refeições dos Estabelecimentos e Serviços da FBB.

Os inventários à data de 31.12.2016 ascendem aos seguintes valores:

	Loja Portugal dos Pequenitos	Géneros Alimentares	Outros
Existência inicial	34 254,30	14 870,99	7 069,48
Compras Inventários	82 858,58	423 022,13	0,00
Regularizações Inventários	0,00	0,00	
CMVMC	87 346,66	428 952,24	0,00
Inventário Final	29 766,22	8 940,88	7 069,48

NOTA 13 | RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- . Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- . A FBB não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- . O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- . É provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- . Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente de prestação de serviços e outros réditos são reconhecidos líquidos de impostos, pelo justo valor do montante a receber desde que todas as condições sejam satisfeitas:

- . O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- . É provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;

O rédito proveniente de juros, são reconhecidos líquidos de impostos pelo justo valor do montante a receber, desde que todas as condições sejam satisfeitas:

- . O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- . É provável que os benefícios económicos futuros associados aos juros a receber fluam para a entidade;

O rédito proveniente de dividendos, são reconhecidos líquidos de impostos pelo justo valor do montante a receber, desde que todas as condições sejam satisfeitas:

- . O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- . É provável que os benefícios económicos futuros associados aos dividendos a receber fluam para a entidade;

NOTA 14 | PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

PROVISÕES	31/dez/16	31/dez/15
Saldo a 1 de Janeiro	880 683,80	958 437,79
Reversão de provisões		
Aumento de provisões		541 957,95
Utilização de provisões	711 698,32	619 711,94
Transferências entre contas		0,00
Saldo a 31 de Dezembro	168 985,48	880 683,80

São reconhecidas provisões apenas quando a FBB tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, em que é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As obrigações são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeira, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

NOTA 15 | SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Em 31.12.2016, a informação relativa aos subsídios obtidos do Governo, é a seguinte:

QUANTIAS DOS SUBSÍDIOS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E NO BALANÇO

Entidades	31.12.2016				31.12.2015			
	Demonstração de resultados		Balanço		Demonstração de resultados		Balanço	
	Reconhecidas com subsídios à exploração	Imputados em outros rend. ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais	Reconhecidas passivo como rendimentos a reconhecer (diferimentos)	Reconhecidas com subsídios à exploração	Imputados em outros rend. ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais	Reconhecidas passivo como rendimentos a reconhecer (diferimentos)
Instituto Segurança Social, IP	2 414 930,81				2 405 802,30			
POPH	304 611,08				290 742,03			
IEFP	18 625,81				17 839,94			
Ministério da Educação	323 891,02	1 147,20		1 147,20	108 441,33	1 147,20		1 147,20
Agência Nacional - Proalv								
PLAYGROUPS	126 663,14				39 483,99			
PIDDAC		6 195,12		6 195,12		5 995,60		5 995,60
PILLAR		16 008,12		16 008,12		13 340,10		13 340,10
FEDER		2 672,04		2 672,04		2 525,54		2 525,54
MTSS e SEJD		1 151,19		1 151,19				
PMELINK		9 662,76		9 662,76		9 662,76		9 662,76
TOTAL	3 188 721,86	36 836,43	0,00	36 836,43	2 862 309,59	32 671,20	0,00	32 671,20

No Exercício findo em 31.12.2016, os subsídios ao investimento e exploração recebidos e por executar são os seguintes:

RELAÇÃO DOS SUBSÍDIOS OBTIDOS

	Medida de incentivo		Valores a reconhecer
	Medida de incentivo	Objecto do incentivo	
Não reembolsáveis			
Subsídios relacionados com activos			
Centro Geriátrico Luís Viegas Nascimento	PILLAR	Reconstrução edifício - Lar de idosos	562 856,62
Casa da Mãe	PIDAC	Reconstrução edifício - Centro de acolhimento de mulheres e jovens em risco	125 743,82
Casa do Pai	PIDAC	Reconstrução edifício - Centro de Acolhimento Temporário	78 802,39
Casa da Criança Maria Leonor Anjos Dinis	FEDER	Construção Edifício - Educação Pré-escolar	37 954,78
Casa da Criança Maria Rita Patrocínio Costa	FEDER	Construção Edifício - Educação Pré-escolar	63 414,90
Casa da Criança Rainha Santa Isabel	FEDER	Construção Edifício - Educação Pré-escolar	31 037,22
Painéis Solares	Programa Solar Termico (IPSS)	Instalação painéis solares- Lar de idosos	8 912,84
TOTAIS			908 722,57

Os valores são reconhecidos como rédito, à medida que os bens subsidiados vão sendo amortizados e de acordo com a vida útil dos mesmos.

NOTA 16 | EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável

NOTA 17 | IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Conforme publicado no DR – II série, de 20.07.1989, foi reconhecida à FBB, a isenção de IRC, por despacho de 23.05.1989, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, no que respeita às seguintes categorias de rendimentos:

- . Categoria C – rendimentos diretamente derivados das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários;
- . Categoria E – rendimentos de capitais, com exceção de quaisquer títulos, ao portador, não registados ou depositados nos termos da legislação respetiva;
- . Categoria F - rendimentos prediais;
- . Categoria G – ganhos de mais-valias.

Em consequência do anteriormente referido, a FBB apenas está sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa de 21% sobre a matéria coletável, nos rendimentos provenientes da Categoria D – rendimentos agrícolas e silvícolas.

NOTA 18 | INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A FBB gere o seu capital por forma a assegurar o desenvolvimento das suas atividades numa ótica de continuidade. Neste contexto, a FBB analisa periodicamente a sua estrutura de fundo patrimonial e capital alheio aplicando os excedentes, em face das ações programadas e a desenvolver em cada período.

Para o efeito detém participações financeiras em várias entidades, e outros investimentos conforme a seguir se descreve:

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Participações em empresas do grupo e subsidiárias

	31.12.2016		31.12.2015	
	% DE PARTICIPAÇÃO	Valor	% DE PARTICIPAÇÃO	Valor
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS (Empresas do grupo e subsidiárias)				
Grande Hotel do Luso, S.A.	100%	6 935 909,75	100%	6 888 280,79
Empresa Hoteleira Desagravo, Unipessoal Lda	100%	705 817,08		
Empresorg, Unipessoal Lda	100%	24,15	100%	410 406,93
Total		7 641 750,98		7 298 687,72

Participações - Outras

	31.12.2016	31.12.2015
	Valor	Valor
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - Outras		
Assoc Tecnopolo	9 975,96	9 975,96
Portugália	691 335,23	691 335,23
Outras com participação reduzida	261 688,73	261 688,73
Subtotal	962 999,92	962 999,92
Imparidades	-242 271,00	-242 271,00
Total	720 728,92	720 728,92

OUTROS INVESTIMENTOS

Os outros investimentos detidos em 31.12.2016 e em 2015 são detalhados, conforme se segue:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Outros investimentos financeiros		
Montepio - Fundos de Participação	42 636,70	90 332,00
Obrigações	15 891 529,05	8 559 390,86
Carteira de Investimento - Aconselhamento e Discricionárias	19 563 326,22	19 549 428,66
Outras aplicações financeiras (Dep a Prazo)	9 456 849,97	17 635 469,06
Total	44 954 341,94	45 834 620,58

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Os empréstimos concedidos em 31.12.2016 são detalhados, conforme se segue:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Empréstimos concedidos		
Portugália, SGPS	565 064,78	585 642,75
Empresorg, Unipessoal Lda	0,00	4 371 307,02
Empresa Hoteleira do Desagravo, UnipessoalLda	3 107 549,88	
Sub - Total	3 672 614,66	4 956 949,77
Imparidades de empréstimos concedidos	-610 344,05	-1 085 104,81
Sub - Total	3 062 270,61	3 871 844,96

PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES

As prestações suplementares efetuadas em 31.12.2016 são detalhados, conforme se segue:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Prestações Suplementares		
Grande Hotel de Luso, S.A.	2 200 000,00	2 200 000,00
Empresorg, Unipessoal Lda	727 267,24	
Total	2 927 267,24	2 200 000,00

NOTA 19 | PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

2015	Edifícios e Outras Construções	Total
ACTIVO BRUTO		
Saldo inicial	4 882 328,40	4 882 328,40
Aquisições		0,00
Transferências	-1 588 580,03	-1 588 580,03
Regularizações		
SALDO FINAL	3 293 748,37	3 293 748,37
DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS		
Saldo inicial	1 626 812,27	1 626 812,27
Depreciações do exercício	69 449,29	69 449,29
Regularizações	-1 576 991,68	-1 576 991,68
SALDO FINAL	119 269,88	119 269,88
ACTIVO LÍQUIDO	3 174 478,49	3 174 478,49

NOTA 20 | BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

20.1 | Número médio de empregados durante o ano

Durante o ano de 2016, o número médio de empregados ao serviço dos vários estabelecimentos e serviços da FBB ascendeu a 322 empregados.

Gastos com Pessoal	31/dez/16	31/dez/15
Remunerações certas	5 091 816,45	4 953 611,42
Remunerações adicionais	62 475,66	57 097,07
Encargos sobre remunerações	1 129 098,39	1 073 028,38
Outros Gastos com Pessoal	69 200,94	75 591,96
Total	6 352 591,44	6 159 328,83

NOTA 21 | FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Fornecimentos e serviços externos	31/dez/16	31/dez/15
Subcontratos	37 710,95	33 014,83
Fornecimentos e serviços	1 077 408,33	1 289 545,18
Materiais	62 972,88	163 159,18
Energia e fluidos	389 326,89	392 751,43
Deslocações, estadas e transportes	45 843,32	61 168,42
Serviços diversos	354 930,42	295 801,99
TOTAL	1 968 192,79	2 235 441,03

NOTA 22 | OUTROS GASTOS E PERDAS

Outros Gastos e Perdas	31/dez/16	31/dez/15
Impostos	9 704,60	14 828,70
Dividas Incobráveis	38 545,92	73 369,46
Gastos e Perdas em Subsidiárias	410 406,93	27 773,87
Gastos e Perdas restantes investimentos financeiros	7 132,50	12 189,60
Gastos e Perdas restantes investimentos não financeiros	99,12	148 351,60
Outros	81 962,32	59 925,30
Sub-total	547 851,39	336 438,53
Juros Suportados	640,56	8,83
Perdas investimentos financeiros	956 618,03	2 016 628,19
Outros Gastos e perdas de Financeiros	124 361,59	42 210,62
Sub-total	1 081 620,18	2 058 847,64
Total	1 629 471,57	2 395 286,17

NOTA 23 | OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Outros Rendimentos e Ganhos	31/dez/16	31/dez/15
Descontos pronto pagamento obtido	93,81	65,05
Recuperação de dívidas a receber	2 643,48	792,70
Rendimentos e ganhos em subsidiárias	66 395,80	5 143,93
Rendimentos e Ganhos nos restantes ativos Financeiros	31 458,49	16 336,98
Rendimentos e Ganhos em investimentos não financeiros	123 393,62	110 614,33
Correções relativas exercícios anteriores	89 102,65	27 862,92
Em subsídios para o Investimento	36 836,43	30 688,20
Outros	1 961,31	1 280,16
Sub-Total	351 885,59	192 784,27
Juros Obtidos	792 561,40	941 743,26
Outros Rendimentos aplicações Financeiras	1 342 479,03	7 146 292,44
Sub-Total	2 135 040,43	8 088 035,70
Total	2 486 926,02	8 280 819,97

NOTA 24 | EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se prevê evento subsequente.

NOTA 25 | OUTRAS INFORMAÇÕES

25.1 | Número médio de utentes / clientes que beneficiam dos serviços prestados pelos estabelecimentos e serviços da FBB:

Estabelecimentos e Serviços	N.º médio de Utentes / Clientes 2016	N.º médio de Utentes / Clientes 2015
Casa da Criança Maria Granado	221	221
Casa da Criança Joaquina Barreto Rosa	88	89
Casa da Criança Rainha Santa Isabel	69	69
Casa da Criança Maria Rita Patrocínio Costa	66	64
Casa da Criança Maria do Resgate Salazar	45	45
Casa da Criança São Julião	110	111
Casa da Criança Maria Leonor dos Anjos Diniz	48	48
Centro Geriátrico Luís Viegas Nascimento	77	77
Colégio Bissaya Barreto	334	297
CBB – Cursos Profissionais	77	66
Serviço Domiciliário Bissaya Barreto	84	84
Casa do Pai	12	12
Instituto Superior Bissaya Barreto	71	99
Serviço de Formação (1)	585	306
BB Saúde (1)	295	245
Centro de Eventos Bissaya Barreto (3)	126	89
Casa Museu Bissaya Barreto (2)	2001	644
Portugal dos Pequenitos (2)	256.380	254.969
Unidade de Gestão Imobiliária	41	41

(1) O número apresentado corresponde ao total de participantes no ano.

(2) O número apresentado corresponde ao total de visitantes no ano.

(3) O número apresentado corresponde ao total de eventos no ano.

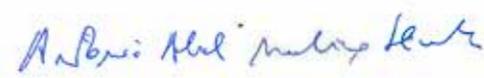
O Contabilista Certificado



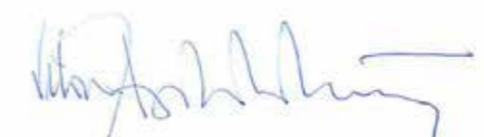
Dr.ª Rosa Barreto
CC. Nº 52686

O Conselho de Administração

Presidente: 
(Dr.ª Patrícia Namorado da Costa Viegas Nascimento)

Vogal: 
(Prof. Doutor António Abel Meliço Silvestre)

Vogal: 
(Dr. Ivo Alexandre Medina Pimentel Ribeiro)

Vogal: 
(Dr. Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins)

Vogal: 
(Dr.ª Maria Lúcia Santos)

13

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL

>

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresentamos o Parecer do Conselho Fiscal, sobre o Relatório e Contas da Fundação Bissaya Barreto, relativo ao exercício económico de 2016, apresentado pelo Conselho de Administração.

Atento o Relatório apresentado pelo Conselho de Administração, o Conselho Fiscal considera que ele espelha de forma fiel e apropriada o relevante empenho da Fundação Bissaya Barreto, na minimização dos problemas sociais com que se debate a Região Centro.

Relativamente às contas de 2016, o Conselho Fiscal constata os rendimentos provenientes das Prestações de Serviços e dos Subsídios, estão muito próximos dos valores apurados em 2015, o que se justifica tendo em consideração que a dimensão da intervenção social da Fundação se manteve em níveis similares aos ocorridos nesse ano e que não houve oscilações relevantes nos preços cobrados aos utentes em cada uma das valências.

Ainda no domínio das receitas, há a sublinhar uma quebra relevante nos rendimentos provenientes de juros de aplicações financeiras que passaram de 8.280.819,97 euros em 2015, para 2.486.926,02 euros em 2016, o que representa um decréscimo anual de -70%. Importa referir que se trata

duma situação que já era previsível dado o carácter absolutamente excepcional que tinha ocorrido nesta rubrica de rendimentos em 2015.

Cumpra também sublinhar como um aspecto positivo das contas do ano, o facto dos valores imputados a “Outras Imparidades” ter passado de valores negativos de -179.521,22 euros em 2015 para +505.808,53 euros em 2016. O principal factor explicativo da variação ocorrida está relacionado com a revalorização das participações societárias detidas pela Fundação e associada à aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

No que respeita aos gastos incorridos, o Conselho Fiscal constata que em relação às principais rubricas de despesa nomeadamente as respeitantes a Pessoal, a Fornecimentos e Serviços Externos e aos Custos das Matérias Consumidas, regista-se em ligeira redução em cerca de -1,5% em 2016, quando comparado com os gastos incorridos em 2015. O mesmo aconteceu na rubrica respeitante às Amortizações cujos gastos são inferiores aos apurados em 2015.

O Conselho Fiscal considera relevante sublinhar que era já previsível que a Fundação registasse resultados negativos no ano de 2016 tendo em consideração que no Orçamento aprovado já era estimado que a

Fundação registaria um resultado anual negativo de -1.072.632,20. Face ao apuramento final agora apresentado, e que apresenta um resultado líquido final negativo de -602.373,50 euros, este Órgão considera justo reconhecer e sublinhar o bom desempenho financeiro da Fundação no exercício económico de 2016 pois observa-se um resultado anual mais favorável do que o que constava do orçamento aprovado.

No que concerne ao Balanço, o Conselho Fiscal regista com satisfação o aumento de 19,1% registado no Activo Total, passando o mesmo de 106.252.452,63 euros em 2015, para 126.599.375,69 euros em 2016. Esta variação é ainda mais relevante se se tiver em conta que tal revalorização se refletiu de forma igualmente positiva da componente respeitante aos Capitais Próprios da Fundação que registam uma valorização anual de 19,6% passando de 105.523.673,29 euros em 2015, para 126.206.466,08 euros em 2016.

Já no que respeita ao Passivo Total este regista uma redução de -51% tendo passado de 2.619.225,67 euros em 2015, para 1.283.568,07 euros em 2016.

Cumpra sublinhar que o Conselho Fiscal acompanhou todas as reuniões mensais do Conselho de Administração, o que lhe permitiu estar a par e no imediato da actividade

e das principais deliberações tomadas pelo Conselho de Administração.

Cumpra por último referir, que no âmbito das atribuições cometidas ao Conselho Fiscal, este acompanhou de muito perto toda a actividade operacional desenvolvida pela Fundação ao longo do ano, graças à prestimosa colaboração recebida por parte da Administração e dos responsáveis dos diversos Estabelecimentos e Serviços, que aqui cumpre enaltecer.

O Conselho Fiscal, considera estar dotado de todas as condições para enfatizar que o Relatório e Contas apresentado pelo Conselho de Administração, respeitante ao exercício económico de 2016, reflete de forma rigorosa e apropriada, todos os aspectos relevantes da actividade da Fundação nas suas envolventes social económica e financeira.

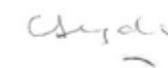
Tendo ainda em consideração o acompanhamento efetuado ao longo do ano por parte do Revisor Oficial de Contas e a Certificação Legal de Contas por este emitida, o Conselho Fiscal, nos termos do estabelecido no artigo 22º dos Estatutos da Fundação, decide emitir Parecer favorável ao Relatório e às Contas da Fundação Bissaya Barreto, relativo ao exercício económico de 2016.

Coimbra, 31 de Março de 2017

O Conselho Fiscal



Dr.ª Maria Helena Duarte Henriques Goulão (Presidente)



Carlos António Peixoto Alarcão Syder (Vogal)



Dr. Viriato Rodrigues Namora (Vogal)

CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS CONTAS



RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO, que compreendem o Balanço em 31/12/2016 (que evidencia um total de 128.220.433,83 euros e um total de capital próprio de 126.206.466,08 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 602.372,50 euros), a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às Demonstrações Financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO em 31/12/2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria

(ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísti-

cos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de dis-

torção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas

incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até a data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os re-

quisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Coimbra, 30 de Março de 2017

Pinto Castanheira & Miguel Castanheira, SROC, Lda
(Anteriormente designada Pinto Castanheira, SROC, Soc. Unip, Lda)

O ROC Responsável
António Pinto Castanheira

BB